

INTERFERÊNCIAS DO COKWE NO PORTUGUÊS DE ANGOLA: VARIAÇÃO MORFOSSINTÁTICA

Roque Suequel

Paulo Osório

Roque Suequel^{*}

Paulo Osório^{**}

Interferências do cokwe no português de Angola: variação morfossintática

Interferences of Cokwe in the Angolan Portuguese: morphosyntax variation

Resumo

Este artigo toma como principal objeto de estudo a análise da interferência do cokwe no português de Angola (PA), que resulta dos contactos entre esta língua autóctone com a língua portuguesa (LP). Com efeito, os falantes angolanos transportam, muitas vezes, a gramática das línguas bantu para os usos que fazem do português, sendo, deste modo, o PA caracterizado por grande variação e, gramaticalmente, distante da norma europeia.

Pretendemos, nesta investigação, dar particular enfoque à variação morfossintática do PA, analisando-se, ainda, as interferências do cokwe. Embora as interferências no PA ocorram também ao nível lexical, poder-se-á asseverar que as interferências de ordem morfossintática provocam, por vezes, alguma rutura na estrutura interna do próprio sistema linguístico (Costa, 2006).

Palavras-Chave: Variação, morfossintaxe, interferência linguística, português de Angola.

Abstract

This paper's main goal is the analysis of the interference of Cokwe in the Portuguese of Angola (PA), which results from contacts between this indigenous language and the Portuguese language (PL). In fact, Angolan speakers often transfer the grammar of the Bantu languages to their uses of Portuguese, with the PA being thus characterized by great variation and, from a grammatical standpoint, far from the European norm. In this study, we intend to focus mainly on morphosyntactic variation of the PA, while also analyzing the interferences of Cokwe. Although interferences in the PA also occur at the lexical level, it can be asserted that morphosyntactic interferences sometimes cause some rupture in the internal structure of the linguistic system itself (Costa, 2006).

Keywords: Variation, morphosyntax, linguistic interference, Angolan Portuguese.

^{*} Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Centro de Estudos em Letras.

^{**} Universidade da Beira Interior/CLLC-UA.

Introdução

O contacto entre línguas é um fenómeno muito comum na história da linguística e no seio das sociedades entre todas as comunidades linguísticas do mundo, visto que a delimitação política das fronteiras não coincide sempre com as fronteiras linguísticas. A emigração para os países estrangeiros, a colonização ou a ocupação de outros países pelo simples facto de se aprenderem línguas estrangeiras conduzem a uma inevitável coabitação linguística (Mota, 1996).

O português é língua oficial em Angola, porque é a única língua principal dos órgãos de comunicação social, do discurso pedagógico, do discurso técnico-científico, do exército, da literatura e dos mais distintos setores culturais, decorrendo do estatuto oficial (cf. Undolo, 2016). A adoção do português como língua oficial tem sido entendida como mecanismo conducente à integração nacional, relativamente à *angolanidade*. As línguas autóctones são reconhecidas como nacionais. Porém, nenhuma delas permite o acesso aos domínios oficiais da vida nacional e tal facto tem trazido constrangimentos, sobretudo, na atual política linguística de Angola.

O contexto sociolinguístico angolano exige, pois, a sistematização e a padronização das características do PA, caso contrário, a escola continuará a considerar a heterogeneidade linguística como erro e a considerar como correto a norma-padrão europeia (Miguel, 2008).

Segundo Costa (2016), muitos falantes angolanos, apesar de possuírem um domínio da língua portuguesa, em muitas situações, recorrem sempre ao *angolanismo* para auxiliar a sua comunicação. O país é caracterizado, então, por um multilinguismo acentuado, pois é muito comum um determinado falante ter o domínio de uma - ou mais - língua autóctone.

Durante o processo de colonização, a língua portuguesa deixou marcas em várias línguas bantu e a urgência da padronização do PA aumenta pelo facto de ainda se usar, de forma indiscriminada, e às vezes como sinónimas, as expressões *português angolano* e *português do musseque*, como se a variante do *português de musseque* fosse a norma-padrão de falar português em Angola (Nzau, 2016). Assim, a diversidade linguística deve ser vista como uma forma diferente de comunicação e a sociedade tem o dever de aceitar a singularidade de um falante, a escola também tem o direito de aceitar e respeitar a variante do aluno, pois num país como Angola onde existem múltiplas culturas é normal existirem idioletos, regionalismos, no seio de uma comunidade. Adriano (2014) alerta-nos de que quando promovemos a competência comunicativa na escola, esta contribui para que o aluno saiba aplicar mais do que uma variante em função do contexto em que se encontra inserido. Tal como afirma:

Quando a escola e os professores de Língua Portuguesa assumem uma atitude dogmática perante a língua, considerando uma só forma correta de a empregar, cortam

significativamente as oportunidades de os alunos aprenderem o referido ideal linguístico. Assim, em Angola, julgamos que o professor deve reconhecer a heterogeneidade social, cultural e linguística do país, partir das realizações linguísticas dos seus alunos para, posteriormente, lhes possibilitar o acesso ou a aproximação ao português padrão, sem deixar de promover o respeito pelas restantes variedades (Adriano, 2014, p. 116).

O PA apresenta características linguísticas muito próprias, tais como a omissão da marca do plural nos nomes e nos adjetivos. De facto, a descrição destes aspetos de acordo com Adriano (2014) só é possível se tivermos em conta a estrutura morfossintática do PA. De acordo com a gramática descritiva do português de Raposo *et al.* (2013), no que se refere ao aspeto morfossintático, as alterações gramaticais registadas no PA incluem o uso do infinitivo flexionado e do modo indicativo em contexto excluído pelo português europeu; uso do pronome clítico *lhe* com valor de objeto direto; o enfraquecimento da morfologia flexional verbal e nominal; a neutralização das diferentes formas de que o PE dispõe para a referência à 2.^a pessoa.

Este artigo pretende, então, dar conta de alguns desses fenómenos linguísticos, tomando também em consideração as interferências com o *cokwe*.

1. Alguns Fundamentos para a Descrição do PA

Toda e qualquer língua está exposta a influências exógenas e essa influência pode contribuir para mudanças estruturais das frases; e este tipo de mudança é realizado pelos falantes que têm uma língua de partida e uma língua de chegada, numa situação de contactos com outras línguas. No caso de Angola, o contacto do português com o *cokwe* produz uma tendência de que o *cokwe* se aproxime progressivamente do sistema da LP, introduzindo-lhe modificações em partes explicáveis pelo sistema prévio que os falantes possuem na língua de origem (LO), no caso, língua *cokwe* (Mota, 1996).

Admite-se que em Angola, os falantes da LP não possuem a mesma competência comunicativa e, segundo Costa (2006), não existem dados estatísticos exatos acerca do número de falantes. São seis os sistemas linguísticos autóctones de maior difusão de origem bantu que coabitam com a LP, nomeadamente o kimbundu, o kikongo, o umbundu, o *cokwe*, o mbunda e o cuanhama, embora nenhum deles tenha alcançado o estatuto de uma língua falada em toda a dimensão do território nacional. A LP, enquanto instrumento de intercomunicação verbal em permanente dinâmica, não se pode eximir à miscigenação das línguas autóctones de origem bantu, desde os tempos mais remotos. Ainda assim, a ação de hostilização dos fundamentos culturais do povo colonizado conduzida pelo sistema colonial não foi capaz de intercalar o contacto linguístico (Costa, 2006). Adriano (2014) reitera a mesma ideia em relação às várias e distintas línguas de origem bantu que convivem

com o português, o que contribui para a variação linguística do PA. O autor defende a emergência de uma variedade do português diferente do PE e, tal como já foi afirmado, apesar das várias línguas existentes em Angola, o português é a única língua que rompe todas as fronteiras etnolinguísticas e a única que serve como meio de comunicação entre as diferentes etnias existentes em Angola. Sousa (2012), a propósito, frisa que o mosaico étnico-cultural que ocupa o território angolano é notável, enquanto modelo cultural de cada povo que resiste às várias insinuações para a mudança predatória. Por outro lado, deve-se destacar que as resistências à preservação cultural são motivadas pelo espírito da manutenção da identidade cultural, construída durante várias épocas, e que constitui a memória de um povo.

Em Angola, a situação de bilinguismo registada é muito comum em pessoas de camadas de todos os estratos e cada uma das línguas é preferencialmente utilizada com determinados fins em determinadas circunstâncias, ou seja, aquilo que Mota (1996) considera diglossia. Contudo, a região da Lunda-Norte é muito diferente das demais regiões, em termos de utilização das línguas. Nesta região, é muito comum o uso das duas línguas, *cokwe* e português, em qualquer circunstância, mesmo em situação formal de comunicação como, por exemplo, em instituições públicas. O *cokwe* é mais usado em detrimento do português e isso ocorre entre os indivíduos nativos, mas quando há necessidade de interação com um interlocutor sem o domínio do *cokwe* ou falante de outra língua bantu, nestes casos, o português é a língua operacional (*vide* Undolo, 2016).

Para Adriano (2014), o português em Angola ainda não foi suficientemente descrito, apesar de existirem algumas pesquisas acerca de algumas peculiaridades do português, diferente do PE, quase todas elas se centram numa perspectiva didática, comprometida com a norma gramatical. No que diz respeito a investigações linguísticas, há evidências de existirem alguns estudos, porém, há pouca investigação sobre a sua situação linguística interna. A maior parte das gramáticas faz referência à existência das variedades do PE e do português brasileiro (PB) e, quanto aos PALOP, apenas se diz “português africano” ou até mesmo “português de Angola (PA)”, conforme refere Undolo (2016), o que evidencia a necessidade do estudo dessa língua. No entanto, acredita-se que o processo de evolução e mudança que se regista no PA está associado a fatores socioculturais e sociolinguísticos. Um dos modos para normalizar o português é primeiramente descrevê-lo de forma sistematizada, não apenas pela importância da identidade cultural, mas elucidar a divergência que existe com o PE (Adriano, 2014).

Cunha e Cintra (2014) afirmam que dentro de uma comunidade linguística existe variedade, seja do ponto de vista diatópico, seja de um ponto de vista diastrático, e ainda, de um ponto de vista diafásico. No que concerne ao PA, a língua varia de região para região, e a norma do português diverge de acordo com as variações linguísticas: o português falado no sul de Angola difere do português do Leste e do Norte, o que se reflete numa variação diatópica e, do ponto de vista diastrático, a língua popular (dos discursos informais em Angola) diferencia-se da língua culta e da língua dos *media*. Mateus e Cardeira (2007) defendem que, apesar de existir variação numa dada língua, tal facto não impede a comunicação entre os falantes de diferentes dialetos ou países. Portanto, na LP existe uma unidade na diversidade que possibilita a interação entre os falantes portugueses, brasileiros e da África lusófona. Devido à inexistência de muitos estudos sistemáticos sobre o português de/em Angola, Barros (2002, p. 39) afirma que o português de África carece de necessidades descritivas para contribuir para a planificação de políticas linguísticas e do conhecimento desta mesma língua no seu contexto sociocultural, bem como nos planos da linguística educacional. O português não é apenas língua de Portugal, também é a língua dos angolanos, servindo como meio para a aquisição dos conhecimentos e para a compreensão do mundo circundante.

Levada pelos portugueses no século XV, foi-se adaptando à realidade geográfica e cultural do país e ganhou as suas propriedades particulares. Em Angola, a norma culta procura aproximar-se da norma padrão-europeia, podendo inevitavelmente sancionar a cultura angolana. Mesmo, assim, é importante que seja difundida, apesar de existir um fosso entre a norma europeia idealizada e aquela que se pratica em Angola (Adriano, 2014). Deste modo:

Angolanos ainda têm algum preconceito linguístico em relação às línguas endógenas e a várias expressões portuguesas que, fruto do contacto linguístico, apresentam diferenças bastante salientes entre a sua variedade e a variedade europeia (Adriano, 2014, p. 134).

Em relação ao anteriormente exposto, Adriano (2014) afirma que se revela uma crise normativa do português no contexto angolano, manifestando uma urgência de planificação de política linguística capaz de uniformizar uma atitude avaliativa dos professores, porque aquilo que a norma padrão-europeia considera “erro”, no PA é tido como “correto”, mesmo no discurso de pessoas consideradas como modelo da norma europeia.

Para Muacanhica & Ilota (2017), o que causa o fenómeno de interferência linguística do *cokwe* no português é o facto de ser a língua de base gramatical para a

construção, interpretação e tradução das frases e articulação de palavras, podendo, desta forma, provocar o fenómeno de interferência a vários níveis linguísticos. Os cokwe, muitas vezes, usam a língua portuguesa pensando em cokwe, ou seja, a construção sintática na língua portuguesa é feita obedecendo às regras gramaticais do cokwe como primeira língua. O cokwe e o português são duas línguas que gozam de estatutos diferentes, apesar de terem o mesmo objetivo que é a comunicação. Importa ainda realçar que são usadas em contextos diferentes e complementam as necessidades do universo linguístico angolano.

2. Caracterização morfossintática do PA e interferência linguística com o cokwe

Esta investigação socorre-se de alguns *corpora* do PA, a saber: *corpus* de análise recolhido num estudo empírico de Adriano (2014), gravados nos programas televisivos e radiofónicos; dados sociolinguísticos recolhidos por Naege (2017), em jeito de inquérito escrito e dirigido aos estudantes universitários angolanos na Universidade Lueji A'Nkonde, que se situa no Leste de Angola (região do país onde há maior predominância do povo cokwe), bem como por dados recolhidos nos centros urbanos das cidades de Lunda, Benguela, Huíla e Lunda-Norte (Dundo), por Undolo (2016).

Propomo-nos descrever os fenómenos de interferência que ocorrem na variedade do PA com o cokwe. Segundo Costa (2016), a interferência linguística ocorre em indivíduos bilingues, quando se desviam da norma das línguas, por influência da outra. De uma forma geral, ela é definida como um fenómeno resultante da combinação de dois movimentos e, segundo Marques (1983), é muito frequente entre os falantes angolanos que não têm o português como LM constituir as frases do tipo:

Eu brinca na rua

Elas come bana

Você vais na Escola

A autora refere que a ausência da flexão verbal nas LMs, ou seja, nas línguas de origem bantu (como o cokwe), influencia a língua portuguesa. Em consequência disso, os falantes mostram inúmeras dificuldades em fazer a concordância entre a forma verbal e o pronome sujeito, sendo que nas línguas bantu são os pronomes pessoais prefixos que determinam o sujeito e se ligam ao verbo, que são os prefixos concordantes do sujeito.

O complemento circunstancial (CC) de lugar *onde*, *para onde*, expressa-se da mesma forma sem distinção de preposição. Na língua *cokwe*, por exemplo, usa-se uma flexão especial chamada locativo. Este serve para designar o lugar *onde*, *para onde/aonde* ao contrário do português, em que o lugar *aonde* corresponde à preposição *em* e o lugar *para onde* corresponde à preposição *a* ou *para* (Marques, 1983). Na língua *cokwe*, embora o prefixo locativo *ku* signifique *em* (complemento circunstancial de lugar (CCL) *onde*), importa referir que, quando se refere aos verbos de movimento, significa também *para* (CCL *para onde*). Assim, é comum observar falantes angolanos a empregar indistintamente em português o CCL *onde/para onde* (Marques, 1983). As frases seguintes são muito comuns no PA:

Ele está na escola

Ele vai na escola (PE- Ele vai à escola).

Segundo Marques (1983), os angolanos utilizam frequentemente expressões como “Eu chamo-lhe ou vou-lhe chamar” em vez de “eu chamo-o ou vou chamá-lo”. A autora considera que o pronome pessoal CD ou complemento indireto (CI) não ocupa, nas línguas nacionais, a mesma posição que ocupa na LP, pois nas línguas bantu o pronome antepõe-se ao verbo, contrariamente ao que acontece em português, em que a posição do pronome é no fim do verbo. No PA são muito frequentes as seguintes construções:

Eu lhe dei

Eu lhe amo

Eu lhe digo

ao passo que na norma-padrão do PE as frases acima tomariam as seguintes posições:

Eu dei-lhe

Eu amo-lhe

Eu digo-lhe

2.1. Sistema verbal

Segundo a gramática tradicional de Cunha e Cintra (2014), chamam-se modos às diferentes formas que o verbo toma para indicar a atitude de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, entre outros, relativamente ao facto que o falante enuncia. O conjuntivo emprega-se quando encaramos a existência (ou não) do facto como algo incerto, duvidoso, eventual e irreal, ao passo que o modo indicativo se emprega quando uma ação ou estado é considerado na sua realidade ou na sua certeza, quer em referência ao presente, quer ao passado ou futuro (Cunha e Cintra, 2014). No que respeita ao PA, em muitas situações, emprega-se o indicativo ou o infinitivo mesmo quando o contexto exige o uso obrigatório do conjuntivo, pois há sempre uma tendência de desvio em relação à norma europeia. Tal como podemos constatar nos enunciados retirados do *corpus* de Undolo (2016):

1. Que as mulheres não desistem de lutar pela sua dignidade
2. Não quero que ele me julga sem pudor
3. Talvez eu falo com ele, se mudar de ideia
4. Eles bem querem que tu ficas a morar em casa do diretor
5. É possível que tudo vai correr bem
6. Se nós pudermos assegurar o pagamento de salários dos professores por mais quatro meses, talvez conseguimos terminar bem o ano letivo 2013.

Nos enunciados acima, aplicados em jeito de inquérito escrito, observou-se que no enunciado (1) dos trinta inquiridos, doze responderam conforme a norma-padrão europeia; no enunciado (2) sete contra vinte e três; no enunciado (3) oito contra vinte e dois; o mesmo acontece no enunciado (4), oito contra vinte e dois; no enunciado (5), doze contra dezoito, e, finalmente, no enunciado (6), oito contra vinte e dois. Segundo o autor, de entre os informantes inquiridos, demonstra-se alguma insegurança em termos de domínio da função e uso dos tempos do conjuntivo, sendo que o índice de domínio é muito baixo. Portanto, segundo as análises efetuadas, verificou-se que há tendência de aceitação generalizada do presente do indicativo em detrimento do presente do conjuntivo. Essa aceitação é bastante acentuada, o que demonstra instabilidade no domínio do PE, e revela, até certo ponto, uma nova estrutura lógico-gramatical da língua, até porque o uso do indicativo em lugar do conjuntivo não acarreta problemas de comunicação (Undolo, 2016, p. 117). Consideremos os seguintes enunciados retirados de Naege (2017):

1. De acordo com as notícias, nada está perdido, se eu **vesse** o menino não me aguentaria.
2. Olha mana! Diga ao seu filho que se **pôr** a lapiseira.
3. Os novos regulamentos preveem que quem **ser** apanhado a cabular fique em casa durante dois anos.

Os enunciados (1) e (2) atestam o uso do indicativo em contextos em que se esperaria obrigatoriamente o uso do conjuntivo. No enunciado (3) era expectável a ocorrência obrigatória do futuro do conjuntivo, de acordo com a norma-padrão europeia, no entanto, verifica-se o uso do infinitivo (Naege, 2017). No PA há uma tendência para não haver uma distinção nítida no uso do indicativo em vez do conjuntivo e tal uso acontece quer em falantes do português como L1 ou falantes do português como L2. Este fenómeno afeta também os falantes com níveis altos de escolaridade. Tal facto demonstra que o uso regular do indicativo é muito frequente em virtude de os falantes acharem ser mais produtivo e veicular, sem necessariamente fazer o uso do conjuntivo em contextos obrigatórios. Apesar de alguns falantes terem o português como LM, raramente usam o conjuntivo em contextos obrigatórios. Os fatores sociolinguísticos e o fenómeno de interferência podem estar subjacentes a estas ocorrências, por causa dos constantes contactos do português com as línguas nacionais e estas, por sua vez, apresentam estruturas morfossintáticas diferentes das do português (Naege, 2017).

Tal como foi ilustrado, no PA há uma maior inclinação em termos de uso do indicativo, mesmo em contextos obrigatórios do conjuntivo. O *corpus* oral de Adriano (2014) atesta que este fenómeno ocorre nas orações subordinadas finitas adverbiais; nas orações completivas de adjetivos e de verbos; nas orações dubitativas introduzidas pelo advérbio modal *talvez* e nas orações diretamente introduzidas pela integrante *que*. Outra característica importante que deve ser realçada no PA é a tendência do emprego do imperativo afirmativo em contexto imperativo negativo. Por outro lado, há imensas dificuldades em diferenciar o verbo *ver* do verbo *vir* no presente do conjuntivo, sendo que em determinadas circunstâncias há possibilidade do verbo *vir* ser conjugado como *ver*.

Importa igualmente destacar as analogias que mudam a forma dos verbos *estar* e *ser* no presente do conjuntivo para *esteje* e *seje*, em vez de *esteja* e *seja*, tratando-se de um fenómeno muito comum no PA. Segundo o autor, parece que alguns falantes preferem empregar locuções verbais infinitivas em vez do conjuntivo em determinados contextos

frásicos. O emprego do infinitivo flexionado é um outro fenómeno característico do PA, apesar de ocorrer em pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade.

2.1.1. O verbo *ter* impessoal

De acordo com o *corpus* de Adriano (2014) que serviu de análise sobre este fenómeno, constatou-se que, no PA, há tendência a se empregar o verbo *ter* para se referir a uma ocorrência ou existência. Segundo a gramática tradicional, o verbo *haver*, quando sinónimo de *existir*, não tem sujeito e é transitivo direto, sendo o seu objeto o nome da coisa existente (Cunha, 2014). Segundo Adriano (2014, p. 47-49), o fenómeno em referência ocorre mais comumente no registo popular, contudo não deixa de haver ocorrências também na norma culta, ou seja, no discurso de pessoas escolarizadas:

1. *como saber isto [o sítio onde se vai votar]? está a ser feita a Campanha de Informação // tem para além dos quiosques / tem a internet / tem o envio de mensagens / e também [///] por favor / consulte o seu amigo que já localizou para lhe explicar como é que o fez / e também tem as afixações dos cadernos eleitorais nas Assembleias de Voto // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
2. *juventude angolana / a Organização partidária tem boa proposta para nós // soubemoØ que tem muito jovem desempregado / muito jovem à procura de emprego // a Organização tem boa proposta para Angola // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]
3. *essa reunião do dia dez teve lá muita gente // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 17.08.2012]
4. *tem muitos jovens desempregados / muitos jovens no adultério / muitos jovens na delinquência // que o partido ajude // [TPA1, Telejornal, 02.09.2012]
5. *no Huambo também tinha homens que queriam ir votar na sua origem // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais, 31.08.2012]

Nos enunciados acima, o verbo *ter* é impessoal e ocorre em contextos obrigatórios do verbo *haver*. No enunciado (2), além do fenómeno em descrição, observa-se também a omissão de <s> na desinência número-pessoal da forma verbal no pretérito perfeito do modo indicativo *soubemo*. Tendo em conta o contexto, esta forma verbal teria sido

conjugada no presente *sabemos* (Adriano, 2014). Contudo, o autor sublinha que não é raro, no registo popular e mesmo na fala de pessoas escolarizadas, a conjugação do verbo *saber* no pretérito perfeito do modo indicativo, quando se pretende o presente do mesmo modo (*Idem.*). Nos enunciados (3), pelo contexto frásico, o determinante demonstrativo *essa*, que precede o nome *reunião*, deve contrair-se com a preposição *em*, tomando a forma *nessa*. No enunciado (5) observa-se ambiguidade na expressão *na sua origem* que, considerando o contexto situacional em que enunciado foi proferido, quer dizer *na sua terra natal*. Segundo a norma-padrão europeia, os enunciados em análise tomariam as seguintes formas (Adriano, 2014):

1. como saber isto [o sítio onde se vai votar]? está a ser feita a Campanha de Informação // há para além dos quiosques / há a internet há o envio de mensagens / e também [///] por favor / consulte o seu amigo que já localizou para lhe explicar como é que o fez / e também há as afixações dos cadernos eleitorais nas Assembleias de Voto //
2. juventude angolana / a Organização partidária tem boa proposta para nós // soubemos que há muito jovem desempregado / muito jovem à procura de emprego // a Organização tem boa proposta para Angola //
3. nessa reunião do dia dez houve lá muita gente //
4. há muitos jovens desempregados / muitos jovens no adultério / muitos jovens na delinquência // que o partido ajude //
5. no Huambo também havia homens que queriam ir votar na sua terra natal //

Ainda no mesmo *corpus* oral, se atesta a possibilidade de ocorrência do verbo *ter* em vez do *haver* em complexos e locuções verbais, quando o verbo *ter* é o verbo principal, combinando-se no tempo futuro com o verbo *ir* (Adriano, 2014, p. 48):

1. *numa Assembleia vai ter várias mesas que são as mesas de voto // e essas mesas contêm um caderno eleitoral com quinhentos nomes // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
2. *ora / por isso que nas Assembleias de voto vão ter os assistentes eleitorais e os operadores informáticoØ para ajudar as pessoas a identificar as mesas // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

Segundo a gramática tradicional, quando o verbo *haver* exprime existência e vem acompanhado dos auxiliares, a locução formada é naturalmente impessoal (Cunha, 2014, p. 667). Nas frases em análise, no enunciado (2), a locução *vão ter* figura no plural, sugerindo a existência de um sujeito nulo e, ainda no mesmo enunciado, observa-se a omissão da marca de plural no adjetivo *informático*. Assim, os sintagmas nominais *os assistentes eleitorais e os operadores informáticos* são entidades não específicas, o que torna obrigatório dispensar os determinantes artigos que lhes seguem. O verbo *ter* é, na norma-padrão, substituído pelo verbo *haver*, tal como se pode observar nas seguintes construções frásicas (Adriano, 2014):

1. numa Assembleia vai haver várias mesas que são as mesas de voto // e essas mesas contêm um caderno eleitoral com quinhentos nomes //
2. ora / por isso que nas Assembleias de voto vai haver os assistentes eleitorais e os operadores informáticos para ajudar as pessoas a identificar as mesas //

Tal como se constatou nos enunciados acima, no PA é observável a ocorrência do verbo *ter* em vez do *haver*, portanto, o verbo *ter*, na aceção de existir apresenta-se como impessoal e é transitivo direto e o seu complemento, o nome da coisa existente, o que caracteriza o verbo *haver* com o valor existencial. Apesar do referido fenómeno se verificar nos falantes escolarizados, a sua ocorrência é rara em situações formais de comunicação, sendo naturalmente mais comum no registo popular e familiar (Adriano, 2014).

Assim, de modo geral, avivamos o fenómeno de interferência do cokwe no PA, tal como foi descrito, sendo a língua cokwe originária das línguas bantu. Entretanto, as características morfológicas das línguas bantu não correspondem às da LP. Uma das evidências é a existência de prefixos, que nas palavras indicam o número, mas na LP o número é designado por marca de plural. Na língua cokwe, os prefixos indicam também outros aspetos morfológicos, como a classe de palavras e o número. O prefixo nominal varia, normalmente, o radical de um nome, sendo invariável no singular e no plural, e precedido de um prefixo que possibilita distinguir se o nome se encontra no plural ou no singular (Ferronha *et al.*, 1992).

2.1.2. Variação do verbo *haver* (existencial)

Segundo Cunha e Cintra (2014), o verbo *haver* emprega-se como impessoal, isto é, sem sujeito quando significa existir, ou quando indica tempo decorrido. Nestes casos, em

qualquer tempo, conjuga-se apenas na terceira pessoa do singular. De acordo com o *corpus* de Adriano (2014, p. 23) que serviu de base para o presente estudo, há poucos casos desviantes à norma-padrão correlacionados com o verbo *haver*:

1. *meu caro / quero garantir desde já que no governo do Partido não haverão tendas // haverão casas sim // não haverão demolições a pretexto de que são casebres / mas haverá o respeito pela dignidade dos cidadãos deste país que / com muito sacrifício / tudo fazem para ter a sua própria habitação // [TPA 1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
2. *[...] forma estes os apontamentos para o dia de hoje // prometemos voltar em antenna caso hajam mais notícias para manter o país e o mundo atualizado // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

Adriano (2014) afirma que estes enunciados foram proferidos por falantes escolarizados, mais concretamente com escolarização superior. Entretanto, é evidente a variação do verbo *haver*. Nos dois casos, o verbo é impessoal e é complementado por argumentos internos com a função sintática de CD, com os quais concorda. No enunciado (1), o verbo *haver* é repetido três vezes e em todas se afigura no futuro no plural. No enunciado (2), o mesmo verbo apresenta-se no futuro plural do modo conjuntivo, dado que os falantes fazem concordar o verbo *haver* com os argumentos internos que desempenham uma função sintática de CD. Assim, de acordo com a norma-padrão europeia, os enunciados acima seriam do seguinte modo:

1. meu caro / quero garantir desde já que no governo do Partido não haverá tendas // haverá casas sim // não haverá demolições a pretexto de que são casebres / mas haverá o respeito pela dignidade dos cidadãos deste país que / com muito sacrifício / tudo fazem para ter a sua própria habitação //
2. b. [...] forma estes os apontamentos para o dia de hoje // prometemos voltar em antenna caso haja mais notícias para manter o país e o mundo atualizado //

2..2. Um caso de não concordância com o antecedente: constituintes relativos *o qual* e *cujo*

Segundo a gramática tradicional Cunha e Cintra (2014), os pronomes pessoais são aqueles que, regra geral, se referem a um termo anterior e variam em número e género conforme o seu antecedente. O *corpus* de Adriano (2014, p. 35-36) atesta alguns casos de falta de concordância entre os pronomes relativos *qual* e *cujos*. Este fenómeno é muito comum em Angola em pessoas de diferentes graus de escolarização, tal como ilustramos a seguir:

1. *após esse processo / lhe é entregue dois sacos na qual ela vai fazer a recolha dos resíduos [...] // [RNA, Jornal, 23.08.2012]
2. *a escola que hoje reinauguramos surge na sequência de uma orientação do camarada presidente [...] / segundo as quais vamos concentrar [///] depois de praticamente concluído o processo de reconstrução nacional / vamos concentrar os nossos esforços para o aumento da qualidade da educação // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]
3. *existem brigadas pela qual os operadores estão já a passar a informação a todos [-] eleitores de que devem possuir uma senha // [TPA, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
4. *nós apreciamos o discurso do camarada presidente / na qual dirigiu-nos uma mensagem de aconchego // [RNA, Jornal da Noite, 25.08.2013]

Seguindo a norma europeia de acordo com Adriano (2014), nos enunciados acima há ocorrências de falta de concordância entre o constituinte relativo e o seu antecedente. Por vezes, o emprego do *qual* desencadeia, em Angola, problemas semânticos. Torna-se difícil distinguir o sentido que o falante quer que o seu enunciado tenha. No enunciado (1), além da falta de concordância entre os constituintes *dois sacos* e *na qual*, o verbo *recolher* seleciona a preposição *para*. Já na frase (2), o enunciado *uma orientação do camarada presidente* não concorda com o constituinte relativo *as quais*, visto que o constituinte relativo se encontra no feminino do plural, quando o seu antecedente está no feminino singular. Relativamente ao enunciado (3), apresenta-se como antecedente de *pela qual* o nome feminino plural *brigadas*, o que origina a falta de concordância. E no enunciado (4), apresenta-se a contração da preposição *em* + *a* = *na qual*, referindo-se ao constituinte *o discurso do camarada presidente*. Deste modo, há falta de concordância entre os dois constituintes, visto que o constituinte relativo se encontra no feminino do singular, e o seu

anterior encontra-se no masculino singular. Assim, seguindo o padrão europeu, as frases analisadas tomariam as seguintes posições:

1. após esse processo / são-lhe entregues dois sacos para os quais ela vai fazer a recolha dos resíduos [...] //
2. a escola que hoje reinauguramos surge na sequência de uma orientação do camarada presidente [...] / segundo a qual vamos concentrar [///] depois de praticamente concluído o processo de reconstrução nacional / vamos concentrar os nossos esforços para o aumento da qualidade da educação //
3. existem brigadas pelas quais os operadores estão já a passar a informação a todos os eleitores de que devem possuir uma senha //
4. nós apreciamos o discurso do camarada presidente / no qual nos dirigiu uma mensagem de aconchego //

3. Considerações finais

O regime colonial pretendia acabar com as línguas vernáculas. Diante disso, à medida que as populações nativas iam adotando a LP, estava consumado o princípio civilizador e ganhavam cidadania portuguesa. Considerava-se que as línguas dos indígenas impediam a ascensão intelectual e dificultavam a aprendizagem nos estabelecimentos de ensino. O processo de aculturação teve maior impacto nos centros urbanos (Sousa, 2012). Tal facto contribuiu muito para que as línguas indígenas se mantivessem estáticas, porque ficaram privadas da escrita e do seu ensino, sem deixar de se considerar o êxodo de muitos falantes dessas línguas. Os indígenas foram obrigados a aprender e a empregar o português em detrimento das referidas línguas. É importante destacar que, durante este período, como nos afirma Mingas (2000), nem todos os angolanos tinham o privilégio de aprenderem a LP. Segundo a autora, eles estavam subdivididos em assimilados e indígenas. Os colonizados assimilados eram indivíduos instruídos, com direitos de cidadania portuguesa; os seus filhos gozavam das mesmas regalias do que os filhos dos portugueses e partilhavam o mesmo sistema de ensino.

A política portuguesa de ensino teve como principal objetivo a difusão da LP em detrimento das línguas autóctones e o único veículo propiciador da assimilação cultural usado no ensino é a língua do colonizador. A aplicação prática do uso desta língua era forçada e apoiada pela PIDE. A polícia política portuguesa considerava o uso das línguas autóctones uma atitude subversiva (Mingas, 2000; Miguel, 2003).

No caso concreto de Angola, obviamente que o português se sobrepôs às restantes línguas nativas. A LP é cientificamente mais trabalhada e tem um número superior de falantes em relação à língua cokwe. Apesar dessa hegemonia, as línguas autóctones sempre resistiram à hostilização (Muacanhica & Ilota, 2017). Em contrapartida, o governo angolano tem empreendido esforços para a promoção e aprendizagem das línguas africanas, mas a língua portuguesa não é descurada, pelo facto de contribuir para a unificação do país. Deste modo, é o único instrumento que combate o tribalismo entre os diferentes grupos étnicos que não partilham a mesma língua. Em consequência, o português é a língua de unidade territorial, ou seja, é a língua franca de indivíduos pertencentes a culturas diferentes que, neste caso, facilita a comunicação. Constitui-se, assim, a língua de maior hegemonia sobre as demais línguas que com ela convivem e de maior prestígio e integração social, e, consequentemente, muitos falantes desejam aprendê-la. Entretanto, importa destacar que a antiga Constituição de 1975, apesar de escrita em português, não fazia nenhuma alusão à LP como língua oficial, mas a atual Constituição já o faz, respetivamente no seu artigo 119º (cf. Adriano, 2014).

O conceito de língua nacional, nos anos que se seguiram à Independência nacional, visava, essencialmente, revitalizar as línguas nativas hostilizadas e excluídas durante a colonização, sobretudo nas escolas públicas. Sobressaía, nessa medida, o desejo expresso de enaltecer tudo o que era nativo do país, vigorando o repúdio por tudo o que se associasse à colonização. A língua portuguesa escapou a essa hostilidade, porque teve uma função transcendente, reconhecida e aceite por todos. Entretanto, a língua portuguesa foi ganhando um grande ascendente sobre as outras línguas nativas e a sua multifuncionalidade quase exclusiva trouxe, como consequência, a inibição do desejo de aprendizagem de línguas nacionais, porque muitos angolanos não lhes reconhecem nenhum valor funcional (Castro, 2006). Assim:

o contacto com os europeus trouxe várias novidades e até salutareis para o *modus vivendi* dos povos autóctones, tanto é que, mesmo depois das independências dos países africanos, e não só, herdaram-se alguns elementos da cultura europeia desde que não ferissem o projeto de afirmação e identidade nacionais (Sousa, 2012, p. 44).

Segundo Adriano (2014), é com base neste cenário que surgiu a necessidade de inclusão das línguas autóctones no currículo escolar, apesar de reconhecermos a importância dessas línguas como forma de identidade cultural. As mesmas estão sujeitas a um lento desaparecimento, visto que muitos falantes não demonstram apreço pelas referidas línguas. À medida que o tempo passa, os falantes inclinar-se-ão para a

aprendizagem da língua mais prestigiada, o que lhes possibilita a integração social. No contexto angolano, a LP é a única que desempenha esse papel. Portanto, há quem reclame o pouco empenho do Estado na revalorização e promoção das línguas africanas angolanas como um importante fator de identidade cultural. Obviamente que caso não aconteça, não só prevalecerá a supremacia da LP, mas também o desaparecimento das línguas autóctones. Apesar de existirem políticas de valorização e uso das línguas africanas angolanas, e sendo estas medidas plausíveis, o seu uso só é possível nos círculos familiares. A este propósito, o autor refere:

Na verdade, para que serve a um homem aprender uma língua que quase nunca usará num requerimento dirigido a uma repartição pública, num posto de saúde, quando necessitar de ser curado, num tribunal quando for julgado..., num contexto em que há uma língua que cumulativamente cumpre com todas essas funções? Esta é uma questão não apenas de didática linguística (orientações educativas), mas é sobretudo uma questão de política linguística (Adriano, 2014, p. 71).

Cabral (2005) afirma que o estado angolano está a trilhar os passos do projeto de Norton de Matos, quando no artigo 2º proibia de várias formas o uso das línguas endógenas. O uso dessas línguas era bastante significativo na vida dos indígenas, porém, após a proclamação da independência, o seu uso é reduzido ou até mesmo insignificante, o que contribuiu para que as línguas africanas tenham tido uma dimensão reduzida em termos de falantes (Adriano, 2014).

A interferência do *cokwe* na qualidade de uma língua negro-africana no PA existe quando se quer definir algo que faz parte da vivência do povo bantu, e que não existe na LP, mas sim nas línguas autóctones. Esta variante faz parte da comunicação popular dentro do território angolano que, ao utilizar outras línguas não maternas, interage com esta, numa soma de possibilidades que é uma variante. O PA é caracterizado pela interferência das línguas nacionais, não ocorrendo somente no léxico, mas também no modo como os angolanos transformam a estrutura morfossintática das frases, adaptando os novos lexemas e enriquecendo a LP com sons e novas palavras. A variante do PA está sempre presente na linguagem popular e na literatura, mas no ensino formal a predominância é da LP (Mendonça, 2014).

Por outro lado, a LP influenciou várias línguas africanas. O léxico português introduzido nas línguas bantu sofreu várias alterações e foi adaptado ao sistema morfossintático das línguas recetoras. A LP apresenta características próprias e diferentes do sistema lógico-gramatical bantu e, por outro lado, o *cokwe* apresenta características próprias que o diferenciam das línguas românicas (cf. Chicuna, 2014).

Os principais fatores da escolha da LP como língua oficial são as limitações que as línguas nativas têm, pois elas não se transpõem de uma região para outra, o que por si só constituiria um obstáculo à unidade nacional. Para solucionar a questão, tornou-se adequado escolher uma língua que não rivalizasse com os valores de cada uma das etnias em contexto, sendo que a LP é a única que poderia ser a língua de unidade nacional por não pertencer a nenhuma etnia.

Referências

- Adriano, P. S. (2014). *Tratamento morfosintático de expressões e estruturas frásicas do português em Angola. Divergências em relação à norma europeia* [Tese de Doutoramento]. Universidade de Évora, Évora, Portugal.
- Barros, A. (2002). A situação do Português em Angola. In M. H. M. Mateus (org.) *Uma política para o Português* (pp. 35-44). Lisboa: Edições Colibri.
- Cabral, L. A. V. (2005). *Complementos verbais preposicionados do Português em Angola* [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Castro, I (2006). *Introdução à história do Português* (2ª ed.). Lisboa: Edições Colibri.
- Chicuna, A. M. (2014). *Portuguesismos nas línguas bantu*. Lisboa: Edições Colibri.
- Costa, A. F. da (2006). *Rupturas estruturais do Português e línguas bantu em Angola* (1ª ed.). Luanda: Universidade Católica de Angola.
- Costa, T. M. C. da, (2016). Ensino da língua portuguesa em Angola. In A. A. C. Luís, C. S. G. X. Luís & P. Osório (orgs.), *A língua portuguesa no mundo: passado, presente e futuro* (pp. 365-389). Lisboa: Edições Colibri/Universidade da Beira Interior.
- Cunha, C. & Cintra, L. F. L. (2014). *Nova gramática do Português contemporâneo* (21ª ed.). Lisboa: Edições João Sá da Costa.

- Ferronha, A. & Lourenço, E., Mattoso, J., Medeiros, C. A., Marquilhas, R., Ferreira, M. B., ... Pereira, D. (1992). *Atlas da língua portuguesa na história e no mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Marques, I. G. (1985). Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola. In Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo* (vol. 1, pp. 205-224). Lisboa: ICELP.
- Mateus, M. H. M. & Cardeira, E. (2007). *Norma e Variação*. Lisboa: Caminho.
- Mendonça, A. de (2014). As interferências das línguas negro-africanas na língua portuguesa e crioulas de base portuguesa. *Africanias.com*, 05, pp.13. Bahia: Universidade do Estado da Bahia.
- Miguel, M. H. (2003). *Dinâmica da pronominalização no Português de Luanda*. Luanda: Editorial Nzila.
- Miguel, M. H. (2008). Língua portuguesa em Angola: normativismo e glotopolítica. *Lucere - Revista Académica da UCAN*, 4(5), 38-48.
- Milroy, J. & Milroy, L. ([1985] 1991). *Authority in language: investigating standard English*. London/New York: Routledge.
- Mingas, A. A. (2000). *Interferência do kimbundu no Português falado em Luanda*. Luanda: Edições Chá de Caxinde.
- Mota, M. A. (1996). Línguas em contacto. In I. Faria, E. Pedro, I. Duarte & C. Gouveia (orgs.), *Introdução à linguística geral e portuguesa* (pp. 505-533). Lisboa: Caminho.
- Muacanhica, J. C. & Ilota, M. (2017). *Interferência do Cokwe no Português falado pelos alunos da 9ª classe da Escola do Ensino Primário e do I Ciclo nº 4 do Bairro Norte* (Monografia de Licenciatura). Escola Superior Pedagógica da Lunda-Norte, Dundo, Angola.
- Nauege, J. M. (2017). Aspectos sobre o conjuntivo no Português de Angola. In M. C. Lima-Hernandes, M. J. Marçalo, R. T. e Silva, V. C. Casseb-Galvão. G. L. De Rosa & K. A. Chulata (coords.), *Atas do V Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa* (pp. 3477-3492). Lecce: Università del Salento.
- Nzau, D. G. N. (2016). Que professor para o ensino da língua portuguesa em Angola? Reflexões acerca dos desafios em cenários multicultural e multilingue. A. A. C. Luís, C. S. G. X. Luís & P. Osório (orgs.), *A língua portuguesa no mundo: passado, presente e futuro* (pp. 179-187). Lisboa: Edições Colibri/Universidade da Beira Interior.
- Raposo, E. B. P., Nascimento, M. F. B, Mota, M. A. C., Segura, L. & Mendes, A. (orgs) (2013). *Gramática do Português* (vol. I, 1ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Sousa, F. (2012). Rainha Ruwej e a migração dos povos Aruund para o actual território de Angola. In C. S. Victorino, C. P. C. Yoba, J. B. I. Panzo & M. Undolo (coords.), *A rainha Lueji A'Nkonde e o império Lunda* (pp.17-26). Dundo: Lueji Editora.
- Sousa, F. (2012). *Etnografia de Angola – Entre a pesquisa e o desenvolvimento de políticas culturais* (1ª ed.). Luanda: Mayamba Editora.
- Undolo, M. (2016). *A norma do Português em Angola: subsídios para o seu estudo*. Caxito: ESP-Bengo (Escola Superior Pedagógica do Bengo).